



## **CONCURSO PUBLICO**

*(nos termos do Código dos Contratos Públicos)*

### **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE REGA INTELIGENTE PARA AS MACRO ZONAS DO  
PARQUE VERDE DA VÁRZEA  
PREÇO BASE: 74.366,80€**

#### **ENTREGA DAS PROPOSTAS:**

**Até às 23:59 horas do 15º dia após envio de Convite**

O presente programa do procedimento contém 18 páginas, devidamente numeradas

A Presidente da Câmara Municipal

## **1 IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO**

1. O presente concurso público tem por objeto a aquisição de sistemas de rega inteligente para as macro zonas do Parque Verde da Várzea de acordo com as condições e especificações técnicas constantes no caderno de encargos.
2. Os serviços objeto do presente concurso têm as referências de CPV (Common Procurement Vocabulary) – 43323000-3 – Equipamento para irrigação, a que se refere o Regulamento (CEE) nº 213/2008 da Comissão de 28 de Novembro de 2007, que altera o Regulamento (CEE) nº 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CEE e 2004/18/CEE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.
3. Adota-se o procedimento por concurso público, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP, na sua atual redação, dado o valor do contrato ser inferior a 221.000,00€.

## **2 ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE**

A entidade pública contratante é o Município de Torres Vedras, sito na Av. 5 de Outubro, 2560-270 Torres Vedras, com os seguintes contactos: telefones 261310400/261310425 e e-mail [geral@cm-tvedras.pt](mailto:geral@cm-tvedras.pt).

## **3 DECISÃO DE CONTRATAR**

Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, a decisão de contratar foi proferida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, por despacho datado de 26/11/2024, no âmbito das competências próprias que lhe são conferidas pelas alíneas g) do nº 1 do artigo 35º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e alínea a) do nº 1 do artigo 18º do DL nº 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril.

## **4 ORGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS**

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do procedimento.

## **5 ACESSO AO PROCEDIMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

- 1 O processo do concurso é constituído pelas seguintes peças procedimentais: anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos.

2 As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública **AcinGov**, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), disponibilizada pela empresa **ACIN - Icloud Solutions, Lda**.

3 O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.

Para ter acesso à plataforma da ACIN, deverá efetuar os seguintes passos:

Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica “*acinGov*”. A validação dos documentos é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.

As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt) ou do contacto telefónico número 707451451.

4 Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em “anúncios” ou “convites”, acedendo ao pretendido. As peças concursais estarão disponíveis ao fundo da página, bem como no menu “Pedidos” poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.

5 Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, através da plataforma eletrónica [acingov](http://www.acingov.pt).

## **6 ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

1 No **primeiro terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos estipulados no art.º 50º do CCP, através da plataforma eletrónica de contratação pública no menu “**Pedidos**”, funcionalidade de “**Pedidos de Esclarecimentos/Retificação**” utilizando a opção “**Criar pedido**”.

2 Nos termos da Lei consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

3 Até ao termo do **segundo terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, o júri do procedimento presta os esclarecimentos solicitados e o órgão competente para a decisão de contratar decide sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

4 Os esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais, a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de “**Pedidos de Esclarecimentos/Retificação**”, nos termos estipulados no art.º 50º do CCP

5 Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, bem como a decisão prevista no n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos serão juntos às peças do presente procedimento e proceder-se-á à notificação dos mesmos a todos os interessados.

## 07 DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta será constituída pelos seguintes documentos:

- a) **Declaração** do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada em conformidade com o **modelo Anexo I do CCP** e anexo ao presente convite com a mesma designação;
- b) **Declaração** de inexistência de impedimentos, elaborada em conformidade com o modelo constante em **Anexo A** ao presente Programa;
- c) **Proposta contendo os preços unitários dos equipamentos, preço dos serviços e preço contratual considerando a solução proposta**, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo B** do presente Programa;
- d) **Memória justificativa e descritiva dos serviços** com exposição da solução técnica proposta e equipa técnica a afetar ao contrato, respetiva capacidade técnica e formação;
- e) **Plano de Assistência Técnica**, contendo a Metodologia adotada para reporte das assistências realizadas;

**2. Deverá ser apresentada com a proposta uma cópia da Certidão Permanente do Registo Comercial da Empresa** (e procuração, se aplicável) devidamente atualizada ou indicação do código de acesso para consulta.

**3.** Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

**4.** Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

**5. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

**6.** Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do número 1, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;

**7.** Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

**8. Cada documento** da proposta deverá constituir, preferencialmente, um ficheiro autónomo.

**9.** As respostas dadas no formulário principal, apresentado na plataforma, não serão consideradas como documentos que contenham os atributos da proposta, devendo o concorrente apresentá-los de forma individual, nos termos do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

## **08 IDIOMA DOS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS**

**1.** Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

**2.** Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

3. Excluem-se do disposto no número anterior a utilização de estrangeirismos importados para a língua portuguesa, bem como a utilização pontual de referências técnicas em língua inglesa que, atento as especificidades técnicas das prestações objeto do contrato, sejam vulgarmente utilizadas no mercado português, desde que, sejam perfeitamente perceptíveis para o júri.

## **09 PRAZO E MODO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

1. As propostas **devem ser apresentadas até às 23:59 horas do 15.º dia**, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República.

1. A apresentação das propostas deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos pontos seguintes.

2. A entrega das propostas do presente concurso será efetuada através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), disponibilizada pela empresa **ACIN Icloud Solutions, Lda**.

3. As propostas deverão ser carregadas e submetidas de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de Apoio”, no menu principal “Ajuda”.

**NOTA IMPORTANTE:** Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o artigo 68.º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica Acingov.

## **10 PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas durante o prazo de 66 dias, contados da data limite para a sua entrega.

## **11 PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

## **12 NEGOCIAÇÃO**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

## 14 ADIANTAMENTOS POR CONTA DO PREÇO

Não podem ser propostos adiantamentos por conta do preço contratual referentes aos bens a fornecer e os serviços a prestar.

## 15 ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele qualquer das situações previstas no nº 2 do artigo 70º e nº 2 do artigo 146º, ambos do CCP.

## 16 PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

1. O preço ou custo de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
2. Caso o preço contratual seja passível de ser considerado anormalmente baixo, o Júri solicitará ao respetivo concorrente os esclarecimentos justificativos relativos aos elementos constitutivos da proposta que considere relevantes para esse efeito.
3. Na análise dos esclarecimentos prestados pelo concorrente pode tomar-se em consideração as justificações inerentes, designadamente as constantes no n.º 4 do art.º 71.º do Código dos Contratos Públicos, entre outras.

## 17 CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de **multifator**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com os seguintes fatores e subfactores:

- |   |            |
|---|------------|
| <b>a) Preço da proposta.....</b>                        | <b>60%</b> |
| <b>b) Valia Técnica da Proposta.....</b>                | <b>40%</b> |
| b1 Memória descritiva e justificativa dos serviços..... | 75%        |
| b2 Plano de Assistência Técnica .....                   | 25%        |

### **Fator “Preço da Proposta”**

A pontuação a atribuir neste critério é determinada de acordo com a seguinte expressão matemática, com aproximação de três casas decimais e arredondadas para mais quando o valor da quarta casa decimal seja igual ou superior a cinco, mantendo-se o valor da terceira casa decimal no caso contrário:

$$Pp = 10 \times (1 - (Ppa / Pb) )$$

em que:

**Pp** –pontuação a atribuir ao fator “Preço da Proposta”;

**Pb** –preço base do concurso;

**Ppa** – preço da proposta em análise

### **Fator “Valia Técnica da Proposta”**

A apreciação deste fator será feita em função da análise dos subfactores indicados no critério de adjudicação da seguinte forma:

#### **b1)Subfactor “Memória Descritiva e Justificativa dos Serviços”**

Será avaliada tendo em conta os seguintes parâmetros:

- Solução técnica para a rede de comunicação e inteligência da solução proposta
- Capacidade técnica e formação dos técnicos;

#### **b2) Subfactor “Plano de Assistência Técnica”**

Será avaliado segundo os seguintes aspetos:

- Tarefas do Plano de assistência técnica com Metodologia adotada para reporte das assistências realizadas;



A valorização dos subfactores será feita com base na seguinte tabela de pontuação:

Insuficiente	Soluções ou situações que apresentem erros manifestos que se revelem desadequados.	2 pontos
Incompleta	Não cumpre ou não verifica algum dos aspetos exigidos.	4 pontos
Suficiente	Verifica, expõe e cumpre, embora com muitas lacunas, todos os aspetos exigidos.	6 pontos
Bom	Verifica, expõe e cumpre, de forma resumida, todos os aspetos exigidos.	8 pontos
Muito Bom	Verifica, expõe e cumpre, de forma clara e pormenorizada, todos os aspetos exigidos.	10 pontos

A pontuação a atribuir ao fator “**Valia Técnica da Proposta**” é determinada com base na seguinte fórmula:

$$P_{VT} = [P_{MD} \times 0,75 + P_{PAT} \times 0,25];$$

em que:

$P_{VT}$  – pontuação a atribuir ao fator “**Valia Técnica da Proposta**”

$P_{MD}$  – pontuação a atribuir ao subfactor “**Memória Descritiva e Justificativa dos Serviços**”

$P_{PAT}$  – pontuação a atribuir ao subfactor “**Plano de Assistência Técnica**”

**A pontuação final será obtida pela seguinte fórmula** (com aproximação de três casas decimais):

$$P_F = 0,60 \times (P_P) + 0,40 \times (P_{VT})$$

em que:

$P_F$  – pontuação Final da Proposta

$P_P$  – pontuação atribuída ao fator “Preço da Proposta”

$P_{VT}$  – pontuação atribuída ao fator “**Valia Técnica da Proposta**”

A adjudicação será feita ao concorrente cuja proposta obtenha a maior pontuação final.

## 18 CRITÉRIO DE DESEMPATE

Se após a aplicação do critério de adjudicação das propostas, existirem duas ou mais propostas cuja pontuação final seja igual, será dada prevalência, pela ordem apresentada, à proposta que obteve maior pontuação:

- no fator “Preço da Proposta”
- no subfactor “Memória Descritiva e Justificativa dos Serviços”;

2. Caso se mantenha o empate, será realizado um **sorteio**, nos seguintes termos:

- a) Serão convidados a estarem presentes, em data, hora e local a indicar, os representantes das propostas empatadas, que deverão fazer-se acompanhar de um documento comprovativo da qualidade em que atuam;
- b) O sorteio será composto por tantas bolas, numeradas sequencialmente, quanto as propostas em situação de empate, com início no número 1 e acondicionadas num saco preto;
- c) Os representantes dos concorrentes devidamente credenciados no ato do sorteio, retiram do saco uma bola, sendo que a primeira bola a ser retirada será pelo concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo, e assim sucessivamente, até todos os concorrentes terem retirado uma bola;
- d) Em caso de ausência no sorteio ou havendo recusa em retirar a bola do saco por parte de um dos concorrentes, o mesmo será representado por um dos elementos do Júri, designado pelo Presidente do Júri;
- d) Terminado o processo de extração das bolas, ficará no lugar a desempate a proposta que tenha extraído a bola com o número 1, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com o número da bola extraída;
- e) Do ato será lavrada ata.

## 19 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de **5 dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de “**Adjudicações**”, os seguintes documentos de habilitação:

- a) **Declaração** prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (**declaração de não impedimento**), conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
- b) Comprovativo de situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Comprovativo de situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a

comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

e) Comprovativo de **Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, atualizado;

f) **Alvará de empreiteiro de obras públicas** ou o certificado de empreiteiro de obras públicas emitidos pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P), contendo as seguintes habilitações: **9ª Subcategoria da 2ª Categoria**

2. Fixa-se o prazo de 2 dias úteis para supressão de qualquer irregularidade que possam apresentar os aludidos documentos.

## **20 CAUÇÃO**

Não será exigida caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, dado o preço contratual, ser inferior a € 500.000,00.

## **21 DADOS PESSOAIS**

Todos os dados pessoais a que o Município de Torres Vedras tenha acesso, no âmbito e por causa do presente procedimento e que sejam objeto de tratamento, encontra fundamento de licitude no disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), sendo aplicável todas as regras relativas à transparência e ao exercício dos direitos dos titulares dos dados.

## **22 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Ao presente procedimento aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e respetiva legislação regulamentadora.

## ANEXO I

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e alínea a) do n.º 1 do ponto 7 do Programa]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1 )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2 ) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — **Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (ler a nota 3):**

- a) .....
- b) .....
- c) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4 )].

( 1 ) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

( 2 ) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

( 3 ) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

( 4 ) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º e alínea a) do n.º 1 do ponto 19 do presente Programa]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1 )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2 ) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3 )] os documentos comprovativos de que a sua representada (4 ) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5 )].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

**ANEXO A****Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do ponto 7 do Programa]

\_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da entidade<sup>1</sup>  
\_\_\_\_\_, com o NIF <sup>2</sup>\_\_\_\_\_, declara que a  
sua representada não se encontra abrangida pela previsão do número 3 do artigo 69º do Código do  
Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação,  
não existindo, assim, qualquer causa de impedimento à sua contratação.

\_\_\_\_\_ <sup>3</sup>

<sup>1</sup> Caso se trate de pessoa coletiva

<sup>2</sup> NIF da entidade representada

<sup>3</sup> Assinatura do representante legal

**ANEXO B****Modelo de proposta**

[a que se refere a alínea c) do n.º 1 do ponto 7 do Programa]

..... (1), contribuinte n.º ....., depois de ter tomado conhecimento de concurso público para ....., a que se refere o anúncio n.º..... publicado em Diário da República, obriga-se a fornecer os bens em conformidade com o estabelecido no programa do procedimento, caderno de encargos e os seus anexos, apresentando as seguintes condições:

	<b>Descrição</b>	<b>Quantidades propostas</b>	<b>Preço unitário proposto s/ IVA</b>	<b>Preço total s/IVA</b>
<b>1</b>	<b>FORNECIMENTOS</b>			
<b>1.1</b>	<b>Rede de comunicações LoRa</b>			
1.1.1	<p>Fornecimento e montagem de mastro com 6 m de altura construído em tubo tubular de Aço 80x80 de 4mm de espessura, base de 200x200 em chapa de 10mm com furação de 16mm.</p> <p>Fixação de painel solar com possibilidade de rotação de 360º do suporte.</p> <p>Chumbadouro de sapata com unhas metálicas soldadas com 300mm.</p> <p>Suporte de painel solar em barras metálicas e com inclinação de acordo com a localização geográfica.</p> <p>Suportes metálicos necessários à fixação dos equipamentos previstos tais como o pluviómetro, o anemómetro, a caixa para o módulo de aquisição de dados com furações de acordo com modelo e características do fabricante.</p> <p>Todos os elementos deverão ser pintados com primário epóxico de 2 componentes e acabamento em poliuretano 2 componentes com cor a ser definida pelo MTV.</p>			

1.1.2	Fornecimento e montagem de estação meteorológica (irrigation station) com kit LR-MB-30 Bluetooth/LoRa de longo alcance da Solem para pilotar até 29 módulos e Router 4G, com painel solar e baterias, módulo de sensores, sensores de temperatura, anemômetro, pluviômetro, sensor humidade do ar.			
1.1.3	Fornecimento e montagem de estação exterior com kit LR-MB-30 Bluetooth/LoRa de longo alcance da Solem para pilotar até 30 módulos e Router 4G, com painel solar e baterias, e suporte em alumínio anodizado, formado a frio com inclinação ajustável (35-45-50°)			
<b>1.2</b>	<b>Controladores Lora com pilha ou bateria</b>			
1.2.1	Fornecimento e montagem de controlador de rega LoRa LR-IP (9VDC) da Solem de longo alcance para 1 estação com conexão para o sensor de chuva, à válvula mestre e ao solenoide de impulso de 9V, 100% à prova de água (IP68), com opção de pilha 9V 6AM6 ou 6LR6. Bluetooth® Smart 4.0 Low Energy LoRa radio communication			
1.2.2	Fornecimento e montagem de controlador de rega LoRa LR-IP (9VDC) de longa alcance da Solem para 2 estações com conexão para o sensor de chuva, para a válvula mestre e para o solenoide de impulso de 9V, 100% à prova de água (IP68), com opção de pilha 9V 6AM6 ou 6LR6. Bluetooth® Smart 4.0 Low Energy LoRa radio communication			
1.2.3	Fornecimento e montagem de controlador de rega LoRa LR-IP (9VDC) de longa alcance da Solem para 4 estações com conexão para o sensor de chuva, para a válvula mestre e para o solenoide de impulso de 9V, 100% à prova de água (IP68), com opção de pilha 9V 6AM6 ou 6LR6. Bluetooth® Smart 4.0 Low Energy LoRa radio communication			
1.2.4	Pilha de 9V industrial			
<b>1.3</b>	<b>Monitoramento</b>			
1.3.1	Fornecimento e montagem de controlador LoRa LR-MS-1 da Solem para 1 sensor de humidade do sol			
1.3.2	Fornecimento e montagem de sensor de humidade do solo SMT50 da Truebner			



1.3.3	Fornecimento e montagem de controlador LoRa LR-MS-1 da Solem para 1 caudalímetro de impulso 10l/p			
1.3.4	Fornecimento e montagem de Caudalímetro de impulso 10l/p (diâmetro DN50 -2") com todos os acessórios necessários ao bom funcionamento dos equipamentos			
1.3.5	Fornecimento e montagem de Caudalímetro de impulso 10l/p (diâmetro DN63 -2 1/2") com todos os acessórios necessários ao bom funcionamento dos equipamentos			
1.3.6	Fornecimento e montagem de Caudalímetro de impulso 10l/p (diâmetro DN80 -3") inclui todos os acessórios necessários ao bom funcionamento dos equipamentos			
1.3.7	Pilha de 9V industrial			
1.3.8	VB-JMB-H Caixa retangular em fibra de vidro 70,1x53,3 cm, alt.=30,7 cm, com 2unid grelhas de enlrvamento 56,5x58,5 cm para servir de base			
<b>2</b>	<b>SERVIÇOS</b>			
<b>2.1</b>	<b>Comissionamento</b>			
2.1.1	Programação dos equipamentos *	vg		
2.1.2	Abertura de conta, parametrização dos equipamentos e acessos à plataforma *	vg		
2.1.4	Formação dos técnicos do MTV *	vg		
2.1.5	Assistência trimestral durante o primeiro ano*	vg		
2.1.6	Cartões SIM, comunicações moveis GSM/GPRS durante 1 ano	vg		
	Preço contratual			

**\* poderão ser apresentados preços para os serviços ou integrar esses valores nos preços dos equipamentos**

Aos preços propostos acrescem o IVA à taxa de \_\_\_\_%

Mais se declara que se compromete em tudo o que respeita à execução do presente contrato, aceitando integralmente e sem reservas o disposto no caderno de encargos e a cumprir o que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

..... (2) (Data assinatura)

**Notas:**

- Os preço contratual proposto não pode exceder o **preço base** definido, **sob pena de exclusão da proposta.**

(1) Indicar o nome e sede da entidade;

(2) Assinatura do concorrente, pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva.